

Clausulas a que se refere o decreto n. 16.259, desta data

I

Metade do acrescimo da receita total de todas as linhas, resultante do augmento de tarifas concedido pelas portarias de 12 de abril de 1920, e de 21 de janeiro de 1921, continúa a ter por fim conservar a melhoria de vencimentos e salarios do pessoal da Rêde de Viação Paraná-Santa Catharina, destinando-se a outra metade, sob a denominação de taxas additionaes, á aquisição do material de tracção e de transporte e á execução dos melhoramentos a que se refere a clausula VI.

II

Continuam em vigor o quadro de pessoal e tabella de vencimentos a que se refere a condição 3, da portaria de 21 de janeiro de 1921, da qual são mantidas as letras a, c e f; ficando desobrigada a companhia de fazer a restituição das importancias com que as taxas additionaes contribuíram para as taxas fixas a que allude a condição 3ª da mesma portaria.

Paragrapho unico. A condição 21ª da mencionada portaria fica incorporada ás observações do quadro do pessoal e tabella de vencimentos, approvada por portaria da mesma data.

III

As taxas additionaes continuarão a ser cobradas de accordo com as seguintes porcentagens sobre as bases approvadas pela dita portaria de 21 de janeiro de 1921:

Passageiros	9 %
Encomendas	14 %
Madeiras	23 %
Tabellas 4-A e 4-B	9 %
Tabellas 16 e 16-C	20 %
Tabella 17	20 %
Tabellas 10 e 10-A	34 %
Outras unidades	9 %

IV

Os fretes das madeiras ficam sujeitos ao acrescimo de 3 % por dinheiro, na razão inversa da taxa cambial, applicando-se para o respectivo calculo as normas em vigor na rêde Paraná-Santa Catharina.

Paragrapho unico. Este acrescimo entrará em vigor

trinta dias depois de anunciado; ficando, desde então, sem efeito as contribuições das taxas adicionais concedidas à companhia pela portaria de 5 de setembro de 1922.

V

As passagens e fretes da rede, excluídas as respectivas taxas adicionais e os fretes relativos às madeiras de que tratam as cláusulas III e IV, ficam sujeitas a uma nova taxa adicional de 10 %, cujo produto será destinado ao pagamento das despesas com a conclusão dos trabalhos de construção do ramal do Paranapanema até Ourinhos, a partir da data da assinatura do contrato e, sucessivamente, a reembolsar a União das importâncias por esta gasta naquela construção até a mesma data; devendo esta nova taxa entrar em vigor trinta dias depois de anunciada, e vigorar até o completo reembolso da União.

Parágrafo único. Os trabalhos executados e não pagos anteriormente ao presente contrato terão o seu pagamento regulado pelas cláusulas III, IV e V do contrato de 6 do julho de 1917.

VI

A companhia obriga-se:

a) a adquirir o seguinte material rodante e de tracção:

- 1 locomotivas;
- 4 carros dormitórios;
- 2 carros de passageiros de 1.ª classe;
- 2 carros de passageiros de 2.ª classe;
- 2 carros mistos de 1.ª e 2.ª classes;
- 2 carros para o serviço exclusivo do correio;
- 2 carros de correio e bagagem;
- 10 vagões para animais;
- 20 vagões fechados.

b) a executar os seguintes melhoramentos:

1. substituir os trilhos em 191 quilômetros de via férrea no trecho de Ponta Grossa a Itararé, na linha Itararé-Uruguay, por outros novos com o peso de 25 kilos por metro corrente;

2. construir desvios de cruzamento nos pontos mais convenientes da mesma linha de acordo com a fiscalização e mediante aprovação do inspector federal das Estradas;

3. adquirir e instalar tres britadores nas mesmas condições dos desvios de cruzamento;

4. fazer o lastreamento e executar outras obras julgadas necessárias pela fiscalização na mesma linha, com exclusão do lastreamento e outras obras, que devem ser feitas por conta do custeio, na conformidade dos avisos mencionados na cláusula IX, assim como de outros actos posteriores até a presente data;

5. instalar officinas e machinismos em Mafra, na linha de S. Francisco.

c) a concluir os trabalhos de construção do ramal de Paranapanema, a que se refere o contrato celebrado em virtude do decreto n. 12.491, de 31 de maio de 1917.

VII

A aquisição do material rodante especificado na cláusula precedente não desobriga a companhia de fornecer o mais que for indispensável para a regularidade do tráfego, somente, porém, depois de adquirido o que se trata a mesma cláusula e provada a sua insuficiência; podendo o Governo, neste caso, autorizar novo empréstimo, além do referido na cláusula X, ou exigir o dito fornecimento nos termos das cláusulas 32 e 66 do contrato de consolidação de 24 de janeiro de 1916.

Parágrafo único. Todo o material rodante adquirido pela companhia obedecerá às especificações e tipos já adoptados nas linhas da rede, sendo provido de freio a vacuo e de engate automatico; devendo a companhia fornecer à Inspector Federal das Estradas os desenhos e especificações dos referidos tipos.

VIII

Além dos melhoramentos especificados na letra b da cláusula VI, e também executados pela companhia os demais, a que se refere a letra b, da condição 5.ª da portaria de 21 de janeiro de 1924, na proporção do excedente do producto das taxas adicionais sobre a importância necessária aos encargos financeiros do empréstimo a que se refere a cláusula X deste contrato; tendo em consideração a urgência de cada melhoramento, de acordo com a fiscalização e a juízo do inspector Federal das Estradas, segundo os projectos e organogramas previamente approvados pelo Governo.

Parágrafo único. Poderão também ser applicadas a execução destes melhoramentos, ou de outros que o Governo determinar, as sobras, por ventura verificadas, dos empréstimos a que se refere a cláusula X do contrato, applicando-se as mesmas regras, a juízo do Governo, o saldo das taxas adicionais existentes na agencia do Banco do Brasil, em Curitiba, depois de liquidadas as despesas relativas à aquisição de material e às obras já iniciadas, por conta das mesmas taxas.

IX

A companhia continua obrigada a executar, por conta do custeio das linhas garantidas, ou do capital da Estrada de Ferro do Paraná, as obras já autorizadas pelo Governo e constantes:

a) dos avisos ns. 274, 171/V2, 155/V2, 117/V2, 127/V2, 155/V2, respectivamente, de 27 de dezembro de 1917, 13 de agosto de 1912, 17 e 23 de junho de 1919, 14 de agosto de 1919, e ns. 1, 2 e 50, de 26 de fevereiro de 1920, todos referentes à linha do Itararé-Uruguay;

b) do aviso n. 266/V2, de 22 de dezembro de 1917, referente à linha de S. Francisco;

c) do aviso n. 113, e decretos ns. 13.313 e 14.051, respectivamente, de 6 de maio de 1916, 4 de dezembro de 1918 e 10 de fevereiro de 1920, referentes à Estrada de Ferro do Paraná.

§ 1.º Os supracitados avisos e decretos serão publicados, como annexo, ao contrato a ser lavrado de accordo com estas cláusulas.

§ 2.º Todos estes melhoramentos e, hem assim, quaisquer outros autorizados pelo Governo até a data do contrato que for lavrado de accordo com estas cláusulas, serão executados pela companhia no prazo de tres annos, a contar da data, do registro do mesmo contrato pelo Tribunal do Contas.

X

A companhia poderá, afim de cumprir nos prazos indicados, as obrigações definidas neste contrato contrahir um ou mais empréstimos, com ou sem garantia especial das taxas adicionais de que trata a cláusula III, para a aquisição do material rodante e execução dos melhoramentos a que se refere a cláusula VI; sendo, em todo caso, os respectivos encargos financeiros custeados pelo producto daquellas taxas, arrecadadas nas linhas da concessão e na estrada de ferro arrendada.

§ 1.º As condições financeiras dos empréstimos, a que se refere esta cláusula, serão previamente submettidas à approvação do ministro da Viação e Obras Publicas.

§ 2.º Os productos dos empréstimos serão recolhidos ao Banco do Brasil, ou à sua agencia em Curitiba, e somente retirados à medida das necessidades do seu emprego, comprovadas perante a Inspectoria Federal das Estradas, que autorizará promptamente a entrega à companhia das quantias justificadas, por antecipação ou já despendidas; não sendo, todavia, permitido, no primeiro caso, novo adiantamento, antes de comprovada a applicação de dois terços, pelo menos, do anteriormente concedido.

§ 3.º O producto das taxas adicionais será pela companhia recolhido ao dito banco ou agencia, até o ultimo dia útil do segundo mez subsequente ao da respectiva cobrança, mediante guia da Inspectoria Federal das Estradas, na qual se especificarão separadamente as sommas arrecadadas nas linhas garantidas e na estrada de ferro arrendada.

§ 4.º Por occasião das tomadas de contas semestrais apurar-se-ha definitivamente a importância do alludido producto, que figurará nas actas das linhas garantidas e da estrada de ferro arrendada. Será, porém, considerado como receita extraordinaria e não figurará na receita geral das linhas garantidas, nem da estrada de ferro arrendada, para os effectos do balanço dos respectivos resultados financeiros, não influindo, por conseguinte, nos saldos das primeiras, nem sendo computado para o calculo do preço de arrendamento fixado na cláusula 64 do contrato de consolidação, na parte referente à segunda.

§ 5.º Os juros pagos pelo Banco, quer sobre o deposito do producto dos empréstimos, quer sobre as importancias das taxas adicionais, serão accrescidos aquelle deposito e às ditas importancias.

XI

Para conclusão do ramal do Paranapanema, e tambem permitido à companhia contrahir, a todo tempo, um ou mais empréstimos, com ou sem garantia especial da nova taxa, a que se refere a cláusula V, e nos mesmos termos e condições da cláusula precedente e seus paragraphos.

§ 1.º A companhia depositará mensalmente, no Banco do Brasil, conjuntamente com as taxas adicionais, mas, em conta do producto da nova taxa, a qual, assim como o producto dos empréstimos, só poderá ser levantado mediante apresentação dos certificados expedidos pela Inspectoria Federal das Estradas, ou com prévia autorização do ministro da Viação e Obras Publicas.

§ 2.º O reembolso do Governo, a que se refere a cláusula V, só começará a ser feito depois de liquidadas todas as despesas realizadas na construção do ramal, tanto com os trabalhos e obras, como com a aquisição de materiais e a substituição dos trilhos referida na cláusula XX.

XII

A percepção das taxas adicionais, a que se refere a cláusula III, cessará logo que hajam sido concluidos os melhora-

mentos e adquirido o material, a que as mesmas são destinadas, ficando as bases das tarifas, porém, sujeitas à revisão trienal, nos termos da segunda parte do parágrafo primeiro da cláusula 34 do contrato de consolidação de 24 de janeiro do 1916.

Parágrafo unico. Não deverá, em todo caso, tal percepção, salvo autorização do Governo, exceder ao prazo de dez annos, para completa amortização do empréstimo de que trata a cláusula X.

XIII

Serão consideradas despesas de custeio, nas estradas de concessão e arrendada, além das especificadas, respectivamente, nas cláusulas 44 e 78 do mencionado contrato de consolidação, as contribuições a que legalmente se acha obrigada a companhia para a Caixa de Aposentados da Pensão, e as de indenizações devidas por accidentes de trabalho ou premios dos correspondentes seguros.

Parágrafo unico. Na vigencia das taxas adicionais nenhuma despesa de obras novas, excepto as de que trata a cláusula IX deste contrato, poderá correr por conta de custeio, salvo autorização especial do Governo e a juizo exclusivo deste.

XIV

As despesas feitas por conta das respectivas taxas adicionais com a aquisição do material rodante e de tracção e melhoramentos da Estrada de Ferro do Paraná, não figurarão na conta de capital, de que trata a letra e da cláusula 78 do contrato de consolidação, nem exoneram a companhia da obrigação de pagar, no prazo de 24 de janeiro de 1924, para o mesmo contrato até a importância de £ 2.500.000 na aquisição de material e melhoramentos nelle previstos.

XV

A importância já despendida ou que vier a ser, por conta das taxas adicionais, em obras de conclusão da construção da linha de S. Francisco, referidas na letra f da cláusula 5 da portaria de 24 de janeiro de 1924, para o trecho do Itaipu a Porto União, será convertida em ouro, na forma do parágrafo unico da cláusula 42 do contrato de consolidação, e a importância de £ 3.270.371, para os effectos do disposto no § 3º da cláusula 51 do mesmo contrato.

XVI

Os trabalhos de construção do ramal do Paranapanema não poderão ser interrompidos e proseguirão sempre de modo a concluir-se anualmente um trecho nunca inferior a 20 kilometros, ficando a companhia sujeita a multa de duzentos mil reis por dia do excesso do prazo de 365 dias, a partir da data em que deveria ficar concluido cada trecho correspondente a aquella extensão minima, contado o primeiro prazo de 365 dias um mez depois de registrado o contrato a ser lavrado de accordo com estas cláusulas.

§ 1º. Intermittidos os trabalhos por mais de noventa dias, terá o Governo o direito de concluir-os por sua conta, lançando mão do producto da taxa adicional de 40 % e dos respectivos depositos existentes no Banco do Brasil, sem responsabilidade alguma pelo que a companhia estiver devendo a terceiros, depois de lhe haverem sido feitos pelo Governo todos os pagamentos devidos por serviços e obras executados até a data da suspensão dos trabalhos.

§ 2º. A execução do presente contrato, na parte referente à conclusão do ramal do Paranapanema, será constituída nos mesmos termos da que se acha estabelecida na cláusula XIII do decreto n. 12.479, de 23 de maio de 1917.

§ 3º. A companhia continuará responsável pela conservação e solidez das obras de terraplenagem durante o prazo de seis mezes e pelas de arte, tanto correntes como especiais, durante o de um anno, ambos os prazos contados da data da medição final, devendo, enquanto não estiverem findos, fazer as reconstruções e reparos necessários, a juizo do Governo, sob pena de serem feitos por este e a importância das despesas despendida da caução.

§ 4º. Findos os prazos de responsabilidade a que se refere o parágrafo anterior e verificada a perfeita conservação das obras, a juizo do Governo, serão restituídas as retenções de 5 % sobre as folhas de medição, referentes aos trechos recebidos definitivamente. A caução inicial, a que se refere o § 2º desta cláusula, só será restituída depois de concluido todo o ramal do Paranapanema e cessadas as responsabilidades pela boa execução das respectivas obras.

XVII

Nos termos da cláusula V do contrato de 6 de julho do 1917, fica todo o ramal do Paranapanema (Jaguaryhyva a Estrada de Ferro do Paraná, para todos os effectos do contrato de arrendamento de 24 de janeiro de 1916).

Parágrafo unico. O capital garantido de £ 178.875, correspondente ao trecho do mesmo ramal de Jaguaryhyva a São

José, será deduzido do capital de £ 3.270.371, a que se refere o n. 3 da cláusula 7 do contrato de consolidação.

XVIII

A incorporação do ramal do Paranapanema à Estrada de Ferro do Paraná na forma indicada pelo final da primeira parte da cláusula V do contrato de 6 de julho de 1917 e de accordo com a cláusula precedente deste contrato, se fará por meio de um termo assignado pelos engenheiros chefes do 6º districto e da 8ª fiscalização e pelo representante da companhia, procedendo-se a uma inventari circumstanciado do tudo quanto concernir ao dito ramal.

XIX

Sendo a incorporação a que se refere a cláusula XVII deste contrato determinada pela falta de reembolso da companhia, estava obrigada pelas cláusulas IV e V do contrato de 6 de julho de 1917, das importancias despendidas pelo Governo na construção do ramal do Paranapanema, cessará aquella incorporação, voltando o mesmo ramal ao regimen do contrato de 24 de janeiro de 1916, desde que o reembolso seja concluido e indemnizado o Governo de todas as despesas consequentes da incorporação, cessando, para todos os effectos, a deducção determinada no parágrafo unico da cláusula XVII deste contrato.

XX

A substituição dos trilhos a que se refere o § 2º da cláusula I do contrato de 6 de julho de 1917 será feita por conta da nova taxa adicional de 10 %, quando o Governo julgar conveniente, em prazo, porém, que não exceda de dous annos, depois de entregue ao trafego o ramal em toda a sua extensão até Ourinhos, cabendo ao Governo dar aos antigos trilhos o destino que lhe convier.

XXI

Os resultados financeiros do ramal do Paranapanema serão accrescidos aos da Estrada de Ferro do Paraná, da qual passou a fazer parte integrante para todos os effectos do contrato de arrendamento de 24 de janeiro de 1916, enquanto subsistir a incorporação apurando-se os resultados communs do ramal e a linha do Itararé-Uruguay, ou a qualquer outra, da mesma forma que se procede quanto aos resultados communs à estrada arrendada a linha de Serrinha a Nova Freginga.

XXII

Os trilhos e seus accessorios, material rodante e de tracção para os trechos a concluir o melhoramentos a que se referem as cláusulas VI e XX deste contrato serão pela companhia adquiridos por meio de concorrência approvada pelo Governo.

XXIII

Ficam marcados os seguintes prazos:

1º. de um anno, contado da approvação do Governo da respectiva concorrência, para a companhia entregar ao trafego o material de que trata a letra a da cláusula VI, sob pena do Governo proceder à immediata aquisição do referido material por conta dos depositos feitos para esse fim no Banco do Brasil;

2º. de seis mezos, a contar do registro do contrato pelo Tribunal de Contas, para a companhia submitter à approvação dos projectos dos melhoramentos dos trechos dos melhoramentos indicados na letra f da cláusula VI, e o de dous annos, a contar da sua approvação, para a respectiva execução, ficando ella sujeita ás penas comminadas nas cláusulas 53 e 83 do contrato de consolidação, se os não concluir nesse prazo.

3º. Os prazos para apresentação dos projectos e orçamentos dos melhoramentos a que allude a cláusula VIII, serão marcados por occasião de resolver-se a execução de cada um delles; e os da respectiva execução, quando esses projectos forem approvados, devendo a companhia, ao apresental-os, indicar logo os que julga para esse fim necessario.

4º. Os projectos e orçamentos, apresentados pela companhia, serão considerados approvados se o Governo não se pronunciar a respeito dentro dos quatro mezes seguintes à respectiva entrega ao chefe do 6º Districto da Fiscalização, considerando-se igualmente approvados os prazos por aquella propostos, nos termos da ultima parte do parágrafo precedente, si o Governo não decidir o contrario nos 60 dias seguintes a uma apresentação.

5º. No caso de não ficarem concluidas as obras nos respectivos prazos marcados nesta cláusula, ou do serem indistinctamente suspensas, poderá o Governo lançar mão, para a sua conclusão, do producto do empréstimo ou das sobras das taxas adicionais, em deposito no Banco do Brasil, não permitindo, se assim o entender, que se inicie a execução de outras obras sem ficarem promptas as já conecadas que estejam suspensas, podendo a Inspeccão adiar até a sua completa conclusão o levantamento da importância correspondente ás ditas obras.

XXIV

As despesas relativas ás obras e materiaes de que trata a clausula VI do presente contracto serão computadas pela sua importancia real mediante documentos acceitos pela Fiscalização; e as de conclusão do ramal do Paranapanema serão avaliadas de accordo com a tabella de preços approvada pelo Governo.

Paragrapho unico. A companhia providenciará para que haja completa separação entre aquellas e as de custeio normal, salvo quanto ás de direcção de conjuncto de todas as obras, as quaes serão repartidas proporcionalmente ás de melhoramentos e de custeio normal, sem que por esse motivo possam ser augmentadas as de administração, e direcção.

XXV

Qualquer material, substituido em consequencia dos melhoramentos executados, ficará pertencendo ao Governo, que lhe dará o destino que bem entender, ficando sob a responsabilidade da companhia devidamente guardado ou empilhado á margem da linha.

Paragrapho unico. Os trilhos retirados da linha de Ponta Grossa a Itararé, depois de inventariados, poderão ser empregados em desvios e outros serviços das linhas garantidas, mediante prévia autorização da fiscalização, que verificará o emprego dos ditos trilhos, tendo sempre presente a existencia dos que estiverem por empregar.

XXVI

O material rodante e de tracção adquirido por conta das taxas additionaes será repartido entre as linhas da rede, tanto arrendadas como garantidas, na proporção da receita do primeiro quinquennio de cada uma, contado do anno em que entrar em serviço o dito material.

XXVII

Continuam em inteiro vigor as clausulas do contracto de 24 de janeiro de 1916, approvadas pelo decreto n.º 11.905, de 19 do mesmo mez e anno, e as condições da portaria de 21 de janeiro de 1921, que não foram explicita ou implicitamente revogadas pelas presentes clausulas ou pelas que acompanham o decreto n. 12.479, de 24 de maio de 1917.

XXVIII

Terão passagem gratuita nas linhas ferreas administradas pela Companhia:

- a) funcionarios publicos quando em objecto de serviço;
- b) os membros do Governo, o Vice-Presidente da Republica e os membros do Poder Legislativo.

Paragrapho unico. Ficam mantidos todos os abatimentos consignados na clausula 36 do contracto acima referido.

XXIX

O sello proporcional a que está sujeito o contracto deverá ser descontado nas folhas de medição ao mesmo tempo que as retenções a que se refere o § 2º da clausula XVI.

XXX

O contracto que fôr lavrado de accôrdo com estas clausulas só será exequivel depois de registrado pelo Tribunal do Contas.

Rio de Janeiro, 12 de dezembro de 1923. — Francisco Sá.